INTERESSADOS : EDSON CARDOSO VIDAL E NORBERTO AUGUSTO
FERNANDES

ASSUNTO : Pedido de equivalência de estudos realizados em
curso de Aprendizagem ministrado na Escola SENAI.

RELATOR : Cons. João B. Salles da Silva

PARECER Nº 362/75, CPG, Aprovado em 11 / 12 / 74 Com.
ao Pleno
em 05 / 02 / 75 (Procs.
3495/74, 3575/74)

I - RELATÓRIO

1 - HISTÓRICO:

1.1 - Edson Cardoso Vidal e Norberto Augusto Fernandes, com identificação (filiação, local e data de nascimento) e residência indicadas em seus requerimentos, tendo concluído Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Roberto Simonsen", desta Capital, solicitam pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos, visando a prosseguí-los ao ensino regular de 1º grau.

1.2 - Os requerentes fizeram os seguinte cursos:

1.2.1 - curso primário, com quatro séries no mínimo, nos estabelecimentos que indicam em seus requerimentos.

1.2.2 - Curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de três "graus" na Escola SENAI "Roberto Simonsen", desta Capital, Estudaram, Língua Portuguesa, Matemática, Desenho, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Estudos Sociais (incluindo Geografia do Brasil e História do Brasil), Educação Física e Prática Profissional.

1.3 - Receberam o CERTIFICADO DE APRENDIZAGEM correspondente à especialidade que estudaram.

1.4 - A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE nº 19/65.

PROCESSO CEE Nº 3495/74 e 3575/74 PARECER CEE-Nº 362/75

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal ns 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "d) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.